



## Lucro alto, demissões e fraudes

Mesmo com lucros bilionários, o Santander segue operando no Brasil com desrespeito aos trabalhadores e à sociedade. No primeiro trimestre de 2025, o banco lucrou R\$ 3,861 bilhões, aumento de 27,8% em relação ao mesmo período de 2024, segundo o Dieese.

Apesar do resultado, o banco espanhol mantém a política de fechamento de agências, corte de postos e terceirizações. No recorte nacional, o Santander fechou entre 2019 e o ano passado, 10% do total das agências, ao mesmo tempo em que ampliou em mais de 63% o índice de correspondentes bancários, que hoje somam 41,5



mil. Esses trabalhadores, embora atuem como extensão do banco, não possuem os direitos assegurados aos bancários.

Enquanto lucra com a concessão pública que lhe permite operar no país, o Santander precariza o atendimento, impõe metas, demite e adocece. Inaceitável.

## Delegados eleitos para Plenária da CUT-MS

Em assembleia realizada no Sindicato, no dia 26/06/2025, foram eleitos os/as delegados/as que participarão da 11ª Plenária da CUT-MS a ser realizada entre os dias 28 e 30/08/2025. Na plenária estadual serão eleitos os delegados para a plenária nacional que ocorrerá de 14 a 16/10 em São Paulo.

O Sindicato teve direito de eleger 02 (dois) delegados. No entanto, a delegação da Entidade participará com 05 (cinco) delegados, visto que conforme os critérios de participação, os dirigentes sindicais de instâncias superiores do

movimento sindical são considerados delegados natos.

Desta forma a delegação que representará Dourados e Região foi composta da seguinte maneira; delegados eleitos: Marcelo Henrique Vasconcelos de Aragão Filho e, Adriana Rodrigues Guerreiro, tendo como suplentes, Edson Claudio Rigoni e, Ivanilde dos Santos Fidelis; delegados natos: Edegar Alves Martins (Diretor Executivo da Fetec-CUT-CN); Laudelino Vieira dos Santos e, Juliana Junqueira Franco Marrelli (Diretores da CUT-MS).

## A democracia social resiste ao Congresso

Os golpes da maioria reacionária do Congresso contra a democracia social, como aumento na conta de luz e resistência à isenção do IR para salários até R\$ 5 mil, atrapalham, claro, mas não impedem avanços significativos do governo Lula para a população, especialmente as camadas mais pobres. O desemprego caiu para 6,2%, recorde histórico, com 103,9 milhões de brasileiros empregados com carteira assinada.

É preciso perguntar, com honestidade, quem vai financiar o Brasil? Sem uma reforma tributária que coloque os super-ricos na conta, o país seguirá condenado à desigualdade, à precarização do SUS (Sistema Único de Saúde), da escola pública, à insegurança nas ruas. O preço da omissão fiscal é alto e recai sempre sobre os mesmos.

Democracia não se sustenta apenas com votos. Exige justiça. E isto inclui justiça fiscal. Quem ganha mais tem de pagar mais. Isto é o mínimo. O contrário disto, um país onde o rico não paga imposto e o pobre paga com o suor da renda e da vida, não é democracia. É feudalismo disfarçado de República.

O Congresso Nacional, o mais reacionário da história do país, atua como um escudo protetor dos mais ricos e para dificultar o Executivo. Sob o comando da extrema-direita, Câmara e Senado chantageiam, barram, travam ou desidratam projetos importantes para a classe média brasileira e também para os mais pobres.

## Prorrogada a Consulta

Mais uma chance para os /as bancários/as que ainda não responderam à **Consulta Nacional**, ferramenta importante para identificação das demandas da categoria. O prazo foi prorrogado para 11 de julho.

No QR CODE abaixo você acessa o formulário



É fácil, rápido e seguro!

Os dados serão tabulados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O resultado do levantamento vai nortear as pautas das negociações coletivas e as campanhas salariais. Portanto, quanto maior a participação, melhor a estratégia de luta.

## A volta da ultratividade

Uma das principais derrotas dos trabalhadores na famigerada reforma trabalhista de Michel Temer, a ultratividade, que significa a manutenção do acordo coletivo anterior enquanto um novo não for firmado, o que tem causado grandes prejuízos, pode ser reconquistada com o Projeto de Lei 3015/2025.

O PL, da deputada federal Érika Kokay (PT-DF), busca restabelecer o equilíbrio do diálogo e do processo negocial, reforçar o princípio da obrigatoriedade da negociação coletiva, previsto no artigo 616 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e garantir a efetividade do modelo sindical constitucional, fundamentado na representação por categorias.

O Projeto de Lei aguarda ser despachado às comissões para começar a ser debatido.